

Relatório de Controle Interno (Anexo VII IN-20/2015) - ano-referência 2023

Confirmação dos dados cadastrais (332)

Igor Danielski

(15862)

Tipo: (*equation)

Igor Danielski

Você é responsável, isto é, **atua sem o auxílio de unidade específica de controle interno** (*por exemplo, Controlador Interno da Câmara Municipal*), **apenas** da(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s):

Prefeitura Municipal de Agronômica; Câmara Municipal de Agronômica; Fundo Municipal de Saúde de Agronômica; Fundo Ambiental Municipal de Agronômica; Fundo Municipal da Infância e da Adolescência de Agronômica; Fundo Municipal de Assistência Social de Agronômica;

Esta informação está correta? É necessário remover ou adicionar outras unidades?

(15858)

Tipo: (L/list-radio)

Sim, confirmo que sou responsável APENAS pela(s) unidade(s) gestora(s) acima.

OK

O nome do responsável pela(s) unidade(s) gestora(s) acima é:

Igor Danielski

Esta informação está correta?

(15859)

Tipo: (L/list-radio)

Sim, a informação do responsável está correta.

OK

1. Informações sobre o funcionamento do Sistema de Controle Interno (319)

Este relatório refere-se à(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s): Sim, confirmo que sou responsável APENAS pela(s) unidade(s) gestora(s) acima. (15860)

Tipo: (*equation)

1

Responsável por este relatório: Sim, a informação do responsável está correta.

(15861)

Tipo: (*equation)

1

1.1. No seu Município, o Sistema de Controle Interno apresenta que tipo de estrutura?**(15849)**

Tipo: (L/list-radio)

Uma unidade, única para todos os Poderes: existe apenas um Órgão Central de Controle Interno responsável pelo Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

1EL**1.2. A qual estrutura organizacional o Órgão Central de Controle Interno está subordinado diretamente?****(15812)**

Tipo: (L/list-radio)

Chefe do Poder Executivo - Prefeito(a)

A1

1.3. Informe a Lei ou ato normativo que organiza a estrutura do Controle Interno da unidade jurisdicionada.

Preferencialmente , utilize o endereço eletrônico de seu Portal da Transparência ou o sítio eletrônico similar ao [Leis Municipais](#)

(15833)

Tipo: (S/text-short)

<https://www.legislacaomunicipal.com/leis/&cnpj=83102590000190&numero=077&classificacao=Complementar>

1.4. Quantas pessoas atuam no Controle Interno da unidade gestora? Se o controle interno for centralizado, por favor informe o número de funcionários que atuam no Órgão Central de Controle Interno. (15816)

Tipo: (:/array-multi-flexi)

Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno - SQ001	1
Servidores efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno - SQ002	0
Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão - SQ003	0
Servidores temporários - SQ004	0
Estagiários - SQ005	0

1.5. No exercício em análise, em algum momento não houve acompanhamento do controle interno na(s) unidade(s)? (15839)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

1.5.1. Informe o período em que a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno. (15844)

Tipo: (;array-multi-flexi-text)

Período - periodosemacompanha m	22/12/2024	15/01/2024	Ausência devido a férias.
---------------------------------------	------------	------------	------------------------------

1.6. Quais foram os procedimentos de controle realizados? Marque as opções que se aplicam.

Se houver procedimentos realizados que não estejam na lista, informe-os no item "Outros".

(15813)

Tipo: (M/multiple-opt)

Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; (15867)

Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; (15868)

Acompanhamento de licitações, dispensas e inexigibilidades; (15869)

Acompanhamento da execução de contratos, convênios e similares; (15976)

Acompanhamento do controle de frequência de pessoal; (15870)

Exame da legalidade envolvendo a folha de pagamento e adequação dos pagamentos realizados; (15975)

Exame da legalidade das horas extras concedidas e adequação dos pagamentos realizados; (15871)

Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de concessão da aposentadoria e pensão (16068)

Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal em cargo efetivo e por tempo determinado (16069)

Exame da regularidade envolvendo a movimentação de pessoal (cessão, relocação, readaptação) (16070)

Exame de prestações de contas de diárias; (15872)

Exame de prestações de contas de adiantamentos; (15873)

Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; (15874)

Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual; (15875)

Avaliação da execução dos programas de governo; (15876)

**Avaliação da execução dos orçamentos anuais (LOA e/ou Leis de Créditos Adicionais);
(15877)**

**Avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira
e/ou patrimonial; (15878)**

**Orientação dos responsáveis pela unidade acerca dos princípios da economicidade,
eficiência, eficácia e/ou efetividade; (15881)**

Controle das operações de crédito, avais ou garantias da unidade; (15879)

Acompanhamento do controle e guarda de bens patrimoniais; (15977)

Controle dos direitos e haveres da unidade; (15880)

Controle de renúncias de receitas, em relação às isenções do IPTU

Outros

1.7. Sobre os sistemas informatizados utilizados, responda:**(15842)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Totalmente informatizado - 100

Há sistema informatizado de controle patrimonial? (15972)

Não informatizado (controle manual) - 0

Há sistema informatizado de almoxarifado? (15973)

Totalmente informatizado - 100

Há sistema informatizado de planejamento orçamentário? (15974)

1.8. Em relação à efetividade, avalie os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município. (15850)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Bom - 3

O controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais. (16023)

Bom - 3

A definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende da aprovação dos gestores. (16024)

Razoável / Satisfatório - 2

Os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias (16025)

Razoável / Satisfatório - 2

No caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada (16026)

Bom - 3

Há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades. (16027)

Bom - 3

As rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação (16028)

Bom - 3

Os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados. (16029)

Excelente - 4

Todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação (16030)

Bom - 3

As informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas (16044)

2. Das atividades desenvolvidas pela unidade de controle interno (320)

2.1. O Controle Interno realizou apontamentos à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício?

Responda mesmo se providências já tenham sido tomadas.

(15814)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

2.1.1. Informe os apontamentos realizados:

Por favor, preencha no mínimo uma linha.

Caso a lista abaixo seja insuficiente, priorize a inserção dos casos de maior valor e/ou de maior gravidade.

(15815)

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

	Unidade gestora em que apontamento foi realizado - unidade	Assunto - assunto	Valor em risco - valorrisco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da situação? - providencias	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável? - descricao providencia
Apontamento #1 - aponta1	Prefeitura Municipal de Agronômica	Foi identificado que alguns veículos da frota municipal não tinham registros dos deslocamentos e careciam de controle, nesse sentido foi procedido com notificação referente a uso irregular de veículo.	N/A	Registro dos deslocamentos através de Diário de Bordo, identificando o condutor, quilometragem, destino, objetivo do deslocamento e horário; o veículo deve ser guardado no pátio da Prefeitura de Agronômica, ou no pátio do Departamento onde estiver lotado, quando do término das atividades/expediente; observar e cumprir os preceitos da	Houve orientação dos servidores sobre as irregularidades identificadas e adotado mais rigor para controle da frota.

				Instrução Normativa nº 05/2017 aprovada pelo Decreto Municipal nº 085/2017 que estabelece normas para o controle da frota municipal.	
Apontamento #2 - aponta2	Fundo Municipal de Saúde de Agrônômica	Verificou-se nos pré-empenhos e empenhos emitidos pela Unidade Gestora Fundo Municipal da Saúde que a manutenção de veículos tinha ocorrido através da empresa HORIZONTE COMERCIO DE VEICULOS LTDA (RAVENNA FIAT - CNPJ 30.941.270/0001-68). No entanto, existe processo licitatório (Pregão Presencial PR 47/2022) vigente em que está selecionado o fornecedor destinado a realização de serviço de manutenção de veículos	Não mensurado	Foi indicado que futuras manutenções na frota do Fundo Municipal de Saúde ocorram através de empresa que esteja habilitada através de processo licitatório.	As manutenções subsequentes a recomendação foram realizadas com o fornecedor habilitado na licitação.
Apontamento #3 - aponta3	Fundo Municipal de Saúde de Agrônômica	Em verificação de rotina a controladoria interna constatou que	Não mensurado	Foi indicado que futuras contratações deveriam ser realizadas	As demais compras da Unidade Gestora seguiram os

		estava sendo realizada despesa com serviço de obra para piscina terapêutica sem processo licitatório prévio ou processo administrativo de dispensa devidamente autuado, o que é irregular.		através de licitação ou processo de dispensa de licitação devidamente autuado nos termos da legislação vigente.	procedimentos legais, tendo os gestores participado de capacitação interna para estarem aptos a executar os procedimentos previstos nas normas da nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/2021).
Apontamento #4 - aponta4	Prefeitura Municipal de Agronômica	Notificação referente a reiterados atrasos na remessa de pacotes de dados ao sistema e-Sfinge Online.	N/A	Solicitou-se a formal designação por portaria de servidores responsáveis para cada módulo do e-Sfinge online com indicação de e-mail respectivo, com objetivo de haver maior agilidade nas respostas e regularização de eventuais pendências.	Houve a designação através de portaria dos responsáveis pelo envio de cada módulo do e-Sfinge, bem como a designação dos respectivos suplentes.
Apontamento #5 - aponta5	Prefeitura Municipal de Agronômica	Foi identificada irregularidade na matrícula 834, correspondente a servidora DANUSA PEREIRA DOS SANTOS FUCHS lotada na Divisão de Recursos Humanos. A servidora supracitada percebeu	Não mensurado	A controladoria notificou a administração para que fosse tomado providência afim de corrigir o vencimento base para o valor correto e adotado processo de verificação para identificar se a irregularidade foi ocasionada	O vencimento da servidora foi corrigido e aguarda-se resposta da administração quanto a apuração de responsabilidade e devolução do valor percebido a maior.

vencimento por erro ou não.
base entre os
meses de
março de 2023
a novembro de
2023 no valor
de R\$ 4.360,91,
sendo que a
quantia correta
seria de R\$
3.955,55.

Apontamento
#6 - aponta6

Apontamento
#7 - aponta7

Apontamento
#8 - aponta8

Apontamento
#9 - aponta9

Apontamento
#10 - aponta10

2.1.1.1. Gostaria de anexar arquivos referentes a este quadro? (OPCIONAL) (15834)

Tipo: (|/upload-files)

2.2. Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras? (15835)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

2.3. Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? (15837)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

2.4. Acerca da gestão de risco, responda: (15843)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Parcialmente - 50

Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob seu controle estão formalizados? (15978)

Parcialmente - 50

Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? (15979)

2.5. Sobre a execução orçamentária e contábil, responda: (15852)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) - 1

Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do

município e Sistema e-Sfinge (16033)

Não foram realizados procedimentos - 99

Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias (16034)

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) - 1

Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012 (16035)

Não ocorreram irregularidades - 0

Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA (16036)

Não foram realizados procedimentos - 99

Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco) (16037)

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) - 1

Análise de procedimentos afetos à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc) (16038)

3. Relação de irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário (321)

3.1. Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? (15817)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

4. Das Tomadas de Contas Especiais (322)

4.1. Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? (15819)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

5. Das transferências voluntárias por meio de convênios, acordos, ajustes ou congêneres (323)

5.1. Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? (15821)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

5.1.1 Detalhamento das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumentos congêneres.

Caso a lista abaixo seja insuficiente, priorize a inserção dos casos de maior valor e/ou de maior risco.

(15822)

Tipo: (/array-multi-flexi-text)

Unidade Gestora em que o instrumento foi firmado - CAACUNIDADE	Tipo de instrumento (convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumento congêneres) - CAACTIPO	Número do Instrumento - CAACNOME1	Objeto - CAACNOME2	Volume de recursos transferidos - CAACVALOR	CNPJ da entidade - CAACCNPJ	Situação da análise da prestação de contas do instrumento - CAACSTATUS	
Instrumento #1 - CAAC1	Fundo Municipal de Assistência Social	Convênio	Lei Municipal nº 1008/2014	R\$ 38.150,76	85.787.463/0001-06 - Clube de mães Lar das Meninas	Execução do projeto de atendimento à crianças de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos, ambos os sexos, que por algum motivo foram afastados do convívio familiar por determinação judicial	Prestação de contas regular

Instrumento #2 - CAAC2	Fundo Municipal de Assistência Social	Subvenção	Lei Municipal nº 1.051/2015	Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder subvenção mensal à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio do Sul/SC, no valor correspondente a 1,123 UFM (Unidade Fiscal Monetária) por aluno matriculado e que efetivamente frequente a conveniada	R\$ 64.417,94	85.787.604/0001-82 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	Prestação de contas regular
Instrumento #3 - CAAC3	Fundo Municipal de Assistência Social	Subvenção	Lei Municipal nº 922/2012	Atendimento de pessoas acima de 60 anos do município de Agronômica, que vivenciam situações de vulnerabilidade social	R\$ 50.355,00	83.781.807/0001-36 - Asilo de Velhos Braço do Trombudo	Prestação de contas regular
Instrumento #4 - CAAC4	Câmara de Vereadores de Agronômica	Contribuição	Lei Municipal nº 867/2010	Fica o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, autorizado a filiar-se e contribuir mensalmente	R\$ 1.200,00	76.875.731/0001-42 - UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA CATARINA - UVESC	Prestação de contas regular

				em favor da UVESC – UNIÃO DOS VERE ADORES DE SANTA CATARINA , com sede na Capital do Estado Catarinens e				
Instrumento #5 - CAAC5	Câmara de Vereadores de Agrônômica	Contribuição	Lei Municipal nº 942/2012	Fica a Câmara Municipal de Agrônômica, autorizada a filiar e a contribuir mensalmente em favor da UNIÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ – UCAVI, o repasse mensal, a título de contribuição, será no máximo a quantia correspondente e a 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) do FPM – Fundo de Participação dos Municípios	R\$ 22.800,00	83.632.778/0001-40 - UCAVI - UNIÃO DE CAMARA DE VEREADORES DO ALTO VALE	Prestação de contas regular	
Instrumento #6 -	Câmara de Vereadores	Contribuição	Lei Municipal nº	Fica a Câmara Municipal	R\$ 15.000,00	83.632.778/0001-40 - UCAVI -	Prestação de contas regular	

CAAC6	de Agronômica		1.298/2022 de 12/12/2023	Vereadores de Agrôn mica, Estado de Santa Catarina, autorizada a transferir e a contribuir em favor da UNIÃO DE CÂMARAS E VEREAD ORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - UCAVI, com o repasso a título de contribuiçã o para a construção da sede da Entidade			UNIÃO DE CAMARA DE VEEA DORES DO ALTO VALE	
Instrumento #7 - CAAC7	Prefeitura Municipal de Agronômica	Contribuição	Lei Municipal nº298/1986 e nº374/1990	Autoriza contribuiçã o à AMAVI e estabelece outras provi dências	R\$ 181.551,86	82.762.46 9/0001-22 - AMAVI	Prestação de contas regular	
Instrumento #8 - CAAC8	Prefeitura Municipal de Agronômica	Contribuição	Lei Municipal nº 787/2008	Autoriza o Município de Agrôn mica/SC, a filiar-se e contribuir fi nanceirame nte com a Federação Catarinens e de Municípios - FECAM	R\$ 21.389,28	75.303.98 2/0001-90 - FECAM	Prestação de contas regular	
Instrumento #9 - CAAC9	Fundo Municipal de Saúde	Convênio	Lei Municipal nº 708/2006	Autoriza o município a contratar serviços da	R\$ 118.827,12	73.433.42 7/0001-57 - FUSAVI- F UNDACAO	Prestação de contas regular	

Instrumento #10 - CAAC10	Fundo Municipal de Saúde	Convênio	Lei Municipal nº 1.212/2021	Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí - FUSAVI	R\$ 87.267,61	85.461.093/0005-38 - ASSOCIACAO HOSPITALAR EDUCACIONAL DE POMERODE	Prestação de contas regular
--------------------------	--------------------------	----------	-----------------------------	---	---------------	--	-----------------------------

5.2 O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998? (15863)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

5.3 O município regulamentou a Lei 13.019/2014? (15865)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

5.3.1 Qual Decreto regulamenta a Lei 13.019/2014? (15866)

Tipo: (S/text-short)

https://edicao.dom.sc.gov.br/2019/05/1558115339_livro_edicao_2827_ass.pdf#page=7

6. Da avaliação dos processos licitatórios (324)

6.1. Foram avaliados processos licitatórios? (15823)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

6.1.1. Quais foram os critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação?

(15824)

Tipo: (M/multiple-opt)

Todos os processos licitatórios abertos no ano-referência foram analisados pelo Órgão de Controle Interno; (16090)

Amostra Aleatória (15923)

Experiências passadas (15924)

Valor envolvido (15925)

Risco (probabilidade de ocorrência de eventos negativos) (15926)

Relevância econômica ou social para o Município (15927)

Outros

6.1.2. Insira as licitações analisadas no período. Se a lista abaixo for insuficiente, priorize os casos em que ocorreram irregularidades ou inconsistências e/ou sejam mais relevantes para seu município (casos de maior valor financeiro, maior duração de contrato, maior risco do objeto contratado, casos com muitos fornecedores, etc).

(15825)

Tipo: (;/array-multi-flexi-text)

	Número do Processo de Licitação - LICITNPR OCESSO	Modalidade de Licitação - LICITNPR OCESSO1	Tipo de Licitação - LICITTIPOPR OCESSO	Valor estimado de contratação - LICITVALOR	CPF ou CNPJ do Contratado - LICITCONTRATADO	Houve indícios de irregularidade? Descreva. - LICITNPRO OCESSO2
Licitação #1 - ProcessoLic it1	PR 03/2023	Pregão Presencial	Menor preço Por item	R\$ 448.616,00	79.695.086/0001-74; 47.576.147/0001-98; 08.996.940/0001-94; 26.498.992/0001-12.	Não
Licitação #2 - ProcessoLic it2	PR 24/2023	Pregão Eletrônico	Menor preço Por item	R\$ 88.333,00	08.801.620/0001-31	Não
Licitação #3 - ProcessoLic it3						
Licitação #4 - ProcessoLic it4						
Licitação #5 - ProcessoLic it5						
Licitação #6 - ProcessoLic it6						
Licitação #7 - ProcessoLic it7						

it7

Licitação #8
- ProcessoLic
it8

Licitação #9
- ProcessoLic
it9

Licitação
#10 - Proces
soLicit10

Licitação
#11 - Proces
soLicit11

Licitação
#12 - Proces
soLicit12

Licitação
#13 - Proces
soLicit13

Licitação
#14 - Proces
soLicit14

Licitação
#15 - Proces
soLicit15

6.2. Sobre as licitações e contratações da unidade, responda: (15845)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Bom - 2

Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada. (15987)

Bom - 2

Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas. (15988)

Bom - 2

Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório. (16031)

Bom - 2

Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório. (16032)

Bom - 2

Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas. (16084)

Bom - 2

Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital. (16085)

Fraco - 1

Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições. (16086)

7. Da avaliação da gestão de recursos humanos (325)

7.1. Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal?

(15826)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

7.1.1. Relação de procedimentos de fiscalização envolvendo recursos humanos (15840)

Tipo: (/array-multi-flexi-text)

	Unidade(s) em que o(s) procedimento(s) foram realizados - UNIDADE	Assunto do procedimento - ASSUNTO	Período analisado - PERÍODO
Procedimento #1 - PROCED1	Prefeitura Municipal de Agronômica	Regularidade na contratação de servidores	Janeiro a dezembro de 2023
Procedimento #2 - PROCED2	Prefeitura Municipal de Agronômica	Verificação sobre limites dos gastos com pessoal	Janeiro a dezembro de 2023
Procedimento #3 - PROCED3	Prefeitura Municipal de Agronômica	Verificação no controle de frequência dos servidores dos departamento municipais de Administração e Planejamento.	Março de 2023

7.1.2. Sobre a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) sob seu controle, avalie: (15841)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Pouca atuação da gestão - 1

Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual) (16071)

Atuação razoável da gestão - 2

Controle de horas extras pelos gestores (16072)

Atuação razoável da gestão - 2

Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e Assessoramento (16073)

Atuação razoável da gestão - 2

Realização de cursos de capacitação pelos servidores (16074)

Pouca atuação da gestão - 1

Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores (16075)

Pouca atuação da gestão - 1

Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores (16076)

Atuação razoável da gestão - 2

Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos (16077)

Excelente atuação da gestão - 3

Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório (16078)

Nenhuma atuação da gestão - 0

Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social (16079)

Excelente atuação da gestão - 3

Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças) (16080)

Excelente atuação da gestão - 3

**Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções públicas.
(16081)**

Pouca atuação da gestão - 1

**Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal
(16082)**

Excelente atuação da gestão - 3

**Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha de
pagamento. (16083)**

8. Da avaliação do cumprimento de decisões do TCE/SC (326)

8.1. Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)?

(15827)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

8.1.1. Informe as determinações e recomendações realizadas pelo TCE/SC: (15828)

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

	Tipo (Determinação ou Recomendação) - NACORDAO1	Número do Acórdão - NACORDAO	Assunto da Decisão - DECISAO	Situação (Implementada, parcialmente implementada ou não implementada) - SITUACAO	Justificativa do Gestor, se houver - JUSTIFICATIVAGESTOR
Decisão do TCE/SC #1 - DECISAO1	ressalva	PCP 23/00098673	Despesa com ações e serviços públicos de saúde no montante de R\$ 3.703.370,81, representando 14,83% da receita com impostos (R\$ 24.974.274,96), quando o percentual mínimo a ser aplicado (15,00%) representaria gastos da ordem de R\$ 3.746.141,24, configurando, portanto, aplicação a menor no montante de R\$ 42.770,43 ou 0,17%, em descumprimento ao art. 198, §2º, da Constituição Federal c/c o art. 7º da Lei Complementar n. 141/2012;	Implementada	A aplicação abaixo do mínimo de 15% em saúde no exercício de 2022 teve impacto nas ações da administração pública municipal. No exercício de 2023 procurou-se aplicar além do percentual constitucionalmente previsto. Desta forma, foi realizada uma aplicação a maior no valor de R\$ 265.354,24 considerando as despesas empenhadas e de R\$ 128.205,2 considerando as despesas pagas. Atingindo em 2023 um percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde de

Decisão do TCE/SC #2 - DECISAO2	recomendação	PCP 23/00098673	Adote providências tendentes a garantir o alcance da meta de 50% estabelecida para o atendimento em creche, em atendimento à meta estabelecida pelo Plano Municipal de Educação do Município;	Parcialmente implementada	16,01%. O Plano Municipal de Educação tem guiado a maioria das ações do Departamento Municipal de Educação. Em busca do alcance da meta 1, está sendo realizada a ampliação da Rede Municipal de Educação com a construção de uma unidade escolar para dar estrutura física no atendimento dos alunos. Considerando que a média de alunos na lista de espera nos últimos anos tem reduzido consideravelmente e que a média de nascidos vivos dos últimos quatro anos também não se alterou, se está estipulando um valor para o número de vagas necessárias para que a meta seja atingida no prazo determinado.
Decisão do TCE/SC #3 -	recomendação	PCP 23/00098673	Atente para as ações	Parcialmente implementada	Com objetivo de avançar nos

DECISAO3

necessárias visando ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Saneamento Básico, tendo em vista que a titularidade dos serviços pertence ao Município;

trabalhos necessárias ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Saneamento Básico foi criado pela Lei Municipal nº 1.257/2022 o Conselho Municipal de Saneamento Básico. Este conselho tem deliberado e no exercício de 2023 já propôs a gestão municipal algumas ações que estão em curso. Pela Lei Municipal nº 1.289/2023 foi aprovada a revisão do plano municipal de saneamento básico do Município de Agronômica/SC, onde se tem um diagnóstico, objetivos, fixação de metas de curto, médio e longo prazo, atividades necessárias para atingir as metas e plano de ação.

Decisão do TCE/SC #4 - DECISAO4

recomendação

 PCP
 23/00098673

Adote providências em relação aos registros contábeis (contabilização indevida de Receita

Implementada

Foi notificado o setor competente para que adote medidas a cumprir com os previstos legais mencionados.

			<p>Corrente de origem das Emendas Parlamentares individuais; Registro indevido de Passivo Financeiro (Atributo F) com saldo credor na Fonte de Recurso ordinário – FR 00), em observância aos arts. 85 da Lei n. 4.320/64 e 8º, parágrafo único, e 50, I, da LRF (itens 9.2.1 e 9.2.2 do Relatório DGO);</p>		
<p>Decisão do TCE/SC #5 - DECISAO5</p>	<p>recomendação</p>	<p>PCP 23/00098673</p>	<p>Tome as medidas necessárias para aplicar, além do percentual constitucionalmente previsto, o montante que deixou de aplicar em despesas com ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2022, à luz do disposto no art. 198 da Constituição Federal c/c o art. 7º da Lei Complementar n. 141/2012, disto fazendo comprovação a esta Corte de Contas até a</p>	<p>Implementada</p>	<p>No exercício de 2023 foi aplicado com ações e serviços públicos em saúde um total de R\$ 4.215.182,54, considerando que as receitas somaram R\$ 26.332.188,69, obteve-se o percentual da receita de impostos e transferências constitucionais e legais aplicado de 16,01%. Nesse sentido, cumpriu-se a recomendação e através do PCP de 2023 se informa e faz a devida</p>

			próxima prestação de contas anual (item 9.1.1 do Relatório DGO);		comprovação a Corte de Contas.
Decisão do TCE/SC #6 - DECISAO6	recomendação	PCP 23/00098673	Solicita à Câmara de Vereadores de Agrônômica que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.	Parcialmente implementada	As contas do exercício de 2022 foram colocadas em disponibilidade para julgamento na data de 06/02/2024. Finalizado o processo, será remetido pela Câmara de Vereadores ao TCE o resultado do julgamento.
Decisão do TCE/SC #7 - DECISAO7					
Decisão do TCE/SC #8 - DECISAO8					
Decisão do TCE/SC #9 - DECISAO9					
Decisão do TCE/SC #10 - DECISAO10					

9. Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito (327)

9.1. Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle?

(15829)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

9.1.1. Informe as decisões que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle: (15846)

Tipo: (;array-multi-flexi-text)

Nº do Acórdão ou Título Executivo - SQ001	Data do Acórdão ou Título Executivo - SQ002	Nome do responsável - SQ003	Valor - SQ004	Data da inscrição em dívida ativa - SQ005	Situação do processo (incluindo ajuizamento e sua conclusão, se houver) - SQ006	
Decisão #1 - DECISAO1	Acórdão n. 79/2022	10/11/2023	César Luiz Cunha	R\$ 1.684,66	Valor da multa sendo recolhido a partir de 12/2023	O valor está sendo descontado da remuneração

do
responsável
com previsão
da quitação
em maio de
2024.

Decisão #2
- DECISAO2

Decisão #3
- DECISAO3

Decisão #4
- DECISAO4

Decisão #5
- DECISAO5

Decisão #6
- DECISAO6

Decisão #7
- DECISAO7

Decisão #8
- DECISAO8

Decisão #9
- DECISAO9

Decisão
#10 -
DECISAO10

10. Avaliação dos procedimentos de renegociação da dívida com o instituto ou fundo de previdência (328)

10.1. Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência no ano-referência? (15830)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

11. Avaliação acerca da conformidade dos registros (329)

11.1. Na sua avaliação, os registros gerados por seu sistema de contabilidade, orçamentário e financeiro encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge?

(15831)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? (15832)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

12. Outras análises realizadas pelo Órgão de Controle Interno (330)

Opcionalmente , insira neste campo procedimentos realizados que não se enquadram nas alternativas anteriores: (15848)

Tipo: (T/text-long)

Sugestões ao TCE/SC (331)

e-mail de contato: controleinterno@agronomica.sc.gov.br

I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)

No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura:

A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional:

O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte:

A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; Servidores temporários e estagiários.

No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? . - .

Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes:

Os seguintes sistemas são informatizados:

- Sistema de controle patrimonial:
- Sistema de almoxarifado:

- Sistema informatizado de planejamento orçamentário:

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município:

Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais:

Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende dos gestores:

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias:

Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada:

Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades:

Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação:

Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados:

Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação:

Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas:

II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício?

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?
--	---------	----------------	--	---

			situação?	

Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras?

Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? .

Em relação à gestão de riscos:

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? ;

Sobre a execução orçamentária e contábil:

na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do

município e Sistema e-Sfinge;

na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;

na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções,

auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;

na Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA;

na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas

(análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);

na Análise de procedimentos afetados à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc);

III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo

Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário?

Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis

Avaliação conclusiva: avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas?

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos

congêneres

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres?

Unidade Gestora em que convênio foi firmado	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos transferidos	Situação da análise da prestação de contas do instrumento

O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998?

Entidades (se aplicável): ;;;

Regulamentação da Lei 13.019/2014 (se aplicável):

VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno?

Critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação:

Número do Processo de Licitação	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de contratação	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de irregularidade, se houver

--	--	--	--	--	--

Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:

- **Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada:**
- **Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas:**
- **Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório:**
- **Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório:**
- **Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas:**
- **Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital:**
- **Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições:**

VII - Avaliação da gestão de recursos humanos

Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? .

Procedimentos realizados:

..

..

..

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual):
- Controle de horas extras pelos gestores:
- Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e

Assessoramento:

- Realização de cursos de capacitação pelos servidores:
- Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores:
- Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores:
- Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos:
- Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório:
- Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez

vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social:

- Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças):
- Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções

públicas:

- Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal:
- Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha

de pagamento:

VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)?

Tipo (Determinação ou Recomendação)	Número do Acórdão	Assunto da Decisão	Situação	Justificativa do Gestor, se houver

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade?

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo

X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência?

Renegociação realizada, se houver :

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:
- Outras condições de pagamento pactuadas:

XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ?

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge?

XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.

(15856)

Tipo: (|/upload-files)

Gostaria de deixar alguma sugestão ao TCE/SC? (opcional) (15857)

Tipo: (T/text-long)